

JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO RACIONAL DA ÉTICA EM HENRIQUE CLÁUDIO DE LIMA VAZ

Débora Mariz¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O presente artigo visa demonstrar a possibilidade de uma justificação e fundamentação racionais da ética, bem assim o seu sentido, segundo o pensamento do filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz. Para tanto, será realizado um exame da fenomenologia do ethos, como objeto da ciência Ética; em seguida, será abordada a questão do sentido de uma justificação e fundamentação racionais da ética, na realidade contemporânea e, finalmente, será apresentada a proposta de Lima Vaz, a partir de dois caminhos convergentes (a saber: o histórico e o teórico) e que culminam apontando a Antropologia Filosófica e a Metafísica como base de tal justificação e fundamentação racional, cuja universalidade decorre do fato mesmo de ser, a Ética, fundamentada na razão filosófica, igualmente universal.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Henrique Cláudio de Lima Vaz

JUSTIFICATION AND RATIONAL FOUNDATIONS OF ETHICS IN HENRIQUE CLÁUDIO DE LIMA VAZ

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate the possibility of rational justification and foundation of ethics, as well as its meaning, according to the thought of the philosopher Henrique Cláudio de Lima Vaz. For this, an examination of the phenomenology of ethos will be held as an object of science Ethics; then will look at the question of the meaning of justification and rational basis of ethics in contemporary reality and finally the proposal of Lima Vaz will be presented from two converging paths (ie: the historical and theoretical) and culminating pointing to Philosophical Anthropology and Metaphysics as the

¹ Doutoranda em filosofia contemporânea na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais – Brasil. E-mail: deboramariz@gmail.com.

basis of such justification and rational foundation, whose universality is the fact of being, ethics, grounded in philosophical reason, equally universal.

KEYWORDS: Ethics ; Henrique Cláudio de Lima Vaz

Fenomenologia do *Ethos*

A Ética, enquanto, ciência do *ethos*, diz acerca da especificidade da ação humana (*práxis*) que possui em si a liberdade de agir e, também, é marcada por uma regularidade da ação, expressa na constância do hábito. Essa última se assemelha à *physis* grega por sua regularidade, mas dela se diferencia por não se dar “sempre”, mas “no mais das vezes” visto que o homem está inserido na realidade contingente, cuja necessidade (*ananke*) se inscreve no devir e configura uma regularidade na ação dos seres sujeitos à corrupção, possibilitando, assim, a sua investigação.

Para fundamentar racionalmente a ética é preciso antes analisar a palavra grega *ethos* em seus dois vocábulos: com *eta* e com *épsilon* inicial. Conforme Vaz (2000, p.12-13), a primeira acepção de *ethos* significa a morada do homem, espaço propriamente humano, com seus hábitos, valores e normas. Já a acepção com *épsilon* diz acerca do comportamento habitual em oposição ao desejo irrefletido, cuja posse estável se expressa no hábito (*hexis*). Nesse contexto, a ação humana é mediadora do *ethos* como morada, construído pelo próprio homem, que se eleva sobre a *physis* para se autodeterminar e é fonte das ações tidas como éticas, inscritas numa realidade histórico-social, ou seja, num costume.

Assim, a ação ética é descrita por uma circularidade dialética em que a particularidade da ação do indivíduo empírico eleva-se à universalidade do *ethos* como costume e constitui a singularidade do sujeito ético, expressão do *ethos* como hábito ou virtude.

O *ethos* existe historicamente como tradição ética, daí a Ética estar enraizada numa sociedade específica e numa determinada época histórica. Essa tradição possui uma ordem própria, garantida por uma necessidade instituída por essa própria tradição, é obra de cultura, transmitida através das gerações por sua riqueza simbólica. Nesse sentido, a perenidade do *ethos* é garantida, superando a contingência do indivíduo empírico, pois na tradição o indivíduo vive uma série de mediações sociais que o integram ao *ethos*: cultura, economia, trabalho etc., sem reduzir-se a nenhuma delas, posto que esta relação é dialética.

O *ethos* é coextensivo à cultura, pois a ação humana sempre produz símbolos e é medida da realidade, ele tem um caráter normativo, por elevar-se à própria imediatidade da ação. É na cultura que o indivíduo encontra não apenas a sua sobrevivência (morada humana), mas também o sistema normativo de sua autorrealização. É neste espaço que a razão (*logos*) é

“compreensão e expressão do ser do homem como exigência radical de dever-ser ou do bem” (ibid, p.17).

O *ethos* expresso como um saber, inicialmente no mito e na sabedoria de vida, toma sua forma final como ciência (Ética) no contexto grego de laicização da palavra e na busca de um *logos* que busca dar razões inclusive do próprio agir humano. Nesse sentido, o *ethos* verdadeiro é aquele que está de acordo com a razão, o que pressupõe uma racionalidade imanente da *práxis*.

O problema da ciência do *ethos* reside, então, no problema da razão universal expressa na relação entre existência empírica do indivíduo, existência histórica do *ethos* e o fim da vida ética. Esta Razão é encontrada no interior do próprio homem, nas regras sociais e nas leis da Natureza e a Ética assegura a universalidade dessa razão, seja na ideia do Bem (tese platônica), seja na noção de *eudaimonia* aristotélica, como fim último da ação ética. Há, portanto, um modelo de constância do agir humano, compreendido como finalismo do *ethos* e apreendido pela razão.

O Sentido de uma Justificação e uma Fundamentação Racional da Ética

No contexto da cultura ocidental, profundamente marcada pela razão, toda ciência busca uma racionalidade. E foi a razão demonstrativa que, explicitando e codificando sua própria lógica, alçou a ciência ao centro do universo simbólico, cuja expressão, na modernidade, reside na razão técnico-científica, por meio de seus métodos experimentais.

Na tentativa de submissão do *ethos* ao *logos* demonstrativo, a ideia de *ethos* passa a expressar não mais a opinião de uma determinada comunidade, mas traduzindo aquilo que está de acordo com a razão.

Ocorre que a ciência moderna, ao se tornar reflexiva, alcança maior rigor na explicitação de seus critérios e métodos de análise, prolongando igualmente seu alcance para se tornar instrumento de manipulação do mundo, por meio de um indiscutível poder de eficácia sobre as coisas, como objetos de seu método.

No plano ético, a vasta abrangência da repercussão das descobertas da ciência moderna está a impor um desafio para o homem da atualidade, que deve escolher entre permitir a preponderância da racionalidade técnica sobre a ética, trazendo como consequência a ilimitada expansão do poder, ou levar a cabo a empreitada de construção moral que concilie os novos poderes, propiciados pela ciência, com os ideais humanos legados pela tradição.

Nessa realidade, não se vê um desenvolvimento proporcional dos valores morais que devem nortear a escalada humana pelo desenvolvimento tecnológico e científico, naquilo que toca à orientação de suas conquistas individuais, das políticas nacionais e mesmo nas relações internacionais. Assim, as consequências de uma intervenção da ciência no cotidiano da

humanidade se revelam no risco cada vez mais presente de uma inviabilização da sobrevivência e da convivência pacífica entre os homens, nos efeitos devastadores da submissão da natureza à intervenção da ciência, com a destruição do meio-ambiente ou ainda na desumanização das guerras, na miséria e na desigualdade social.

Esses são problemas efetivos que evidenciam a necessidade de uma ética universal justificada e fundamentada racionalmente, que ostente princípios morais que tenham o respaldo unânime de todos os povos e culturas do planeta, sem prejuízo da preservação dos mais diversos *ethoi* existentes, como manifestação histórico-cultural de cada segmento da vida humana.

Justificação e Fundamentação Racionais da Ética

A possibilidade de uma resposta positiva a esse desafio da ética, de forma a se permitir o estabelecimento de normas básicas, mas universais da conduta humana, é colocada inicialmente, por Lima Vaz, ao demonstrar que os problemas fundamentais de uma ciência do *ethos* passam necessariamente pela razão filosófica, onde encontrarão terreno fecundo para um equacionamento conceptual que atenda à sua própria natureza. Na própria demonstração da ética como filosófica já estaria implícita sua universalidade como característica inerente à filosofia, o que se procura demonstrar por meio da exploração dos caminhos *histórico* e *teórico*, que, embora distintos, encerram-se em franca convergência.

No percurso histórico, com início na origem da Ética, tal como hoje é conhecida, e que se deu nos debates que envolveram Sócrates e os Sofistas em torno da *arete* e da *paideia*, conquistando foros de verdadeiro paradigma ao longo da história ética ocidental, tudo se inicia num contexto que trazia, como pano de fundo, a descoberta da razão demonstrativa (*logos apodeiktikos*) como base para o desenvolvimento da Ilustração ateniense.

No período clássico, o homem descobre que a ordem do mundo é eterna e tangível por meio da inteligência, permitindo ao homem elevar-se, pela *theoria*, à contemplação das realidades transcendentais inscritas no cosmos. Já no período cristão-medieval, essa relação cosmocêntrica do homem com a Natureza dá lugar à visão teocêntrica, marcada por uma unidade radical entre Deus e o homem; nesse contexto, a história humana é um projeto temporal, já que o homem é finito e, também, teológico, por ser um projeto da vontade de Deus.

A partir do séc. XVII, com o avanço das ciências, a ruptura com a ordem clerical e a ascensão da burguesia instaura-se uma forma radical de conhecimento, marcada pela soberania da razão científica que visa à transformação da natureza de forma gigantesca e desmesurada, cuja finalidade é a auto satisfação do homem. No período moderno, o homem

torna-se a fonte de inteligibilidade e a descobre no movimento de reflexão sobre si mesmo.

De acordo com Lima Vaz (1997, p.89), o homem moderno, objeto de conhecimento e medida de toda objetividade, não se contenta mais em contemplar a natureza na qual está inserido, muito menos concebe a ideia de a existência humana ser dependente da ação de Deus. No entanto, sem Deus e sem Natureza, qual seria o sentido da aventura humana sobre a Terra? Nesse sentido, Lima Vaz compreende que:

a razão contemplativa do ser é substituída pela razão fabricadora do aparecer. Eis aí o que está em jogo na virada antropocêntrica da cultura moderna. Então o homem experimenta, de fato, uma contradição vivida entre seu ser finito e situado e a pretensão ontológica, de alcance infinito, de ser o criador absoluto do sentido. Essa contradição está instalada no cerne do projeto da civilização moderna, e é ela que determina o seu destino. Esse destino se torna hoje visível no projeto de uma civilização que dispõe de todos os instrumentos e recursos materiais para assegurar a sua sobrevivência e seu progresso tecnológico, mas assiste inquieta a uma profunda crise do seu universo simbólico e das suas próprias razões de ser (VAZ, 1997, p.117) .

Nessa tentativa de realização do homem pela ciência, o homem deparou-se com a ciência voltando contra si próprio, pois o alto domínio tecnológico, ao invés de potencializar o homem, potencializa a violência. E “nossa modernidade fatigada, marcada pelo prefixo ‘pós’, sabe perfeitamente ‘pensar historicamente’ mas duvida... que ela viva numa história que tenha algum sentido” (DRAWIN, p. 13).

Diante dessa ausência de sentido ético e existencial, Lima Vaz afirma a necessidade de universalização da experiência humana do ‘vazio do não sentido’, para que haja um reencontro da “fonte transcendente do sentido ou a descoberta de uma nova estrutura do transcendente” e, assim o fazendo, o homem possa sair dessa profunda crise, reencontrando-se no movimento incessante de autorrealizar-se como pessoa, sintetizado na afirmação: “torna-te o que és!”.

Paralelamente a este breve histórico, pode-se igualmente traçar a formulação *teórica* por meio do exame do conteúdo inteligível das questões que levam à justificação do *ethos*, como objeto da ciência Ética.

Ao nascer sob o impacto de uma filiação filosófica, a Ética teria então, no dizer de Lima Vaz, se vinculado inexoravelmente ao destino da Metafísica, que perpassa seu caminho histórico de Platão a Hegel, sendo digno de nota que Kant, muito embora a tenha excluído do campo da razão especulativa, houve por bem restabelecê-la no domínio da razão prática, quando da investigação levada a cabo na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

Estaria assim estabelecida a base do estatuto filosófico da Ética a partir da Antropologia Filosófica e da Metafísica, a primeira oferecendo-nos uma concepção do sujeito ético que dá razão de seu *ser* e de seu *agir* e a segunda assegurando à Ética um fundamento, pelas noções transcendentais como constitutivas de seu arcabouço inteligível, que possibilita pensar a universalidade de seu objeto como *Bem* e como *Fim*.

Tais noções transcendentais, tratadas em sua acepção clássica, identificadas no pensamento platônico, constituem-se nas bases de construção e desenvolvimento da metafísica e se traduzem no *ser* ou *ideia*, *unidade*, *verdade*, *bondade* e *beleza*, originadas das interrogações éticas postas por Sócrates num plano inteligível que paira acima da relatividade e incerteza da opinião (*doxa*).

E como resta evidenciado que de Aristóteles a Hegel, todos os grandes sistemas éticos explicitam os fundamentos metafísicos, a relação entre Ética e Metafísica decorre de uma injunção teórica imprescindível ao objetivo de justificação racional do agir ético, necessário à definição de uma forma e de um conteúdo inteligíveis desse agir em termos de conhecimento intelectual e ato livre, de fins e de bens, de normas e de leis.

Lima Vaz na introdução de seus *Escritos de Filosofia V* (Introdução à Ética Filosófica) nos apresenta um discurso ético que almeja a universalidade a partir do conceito de *système*. Essa noção advinda da biologia possibilita articular o discurso ético mediante relações de cunho dialético. O conceito de sistema compreendido em sua dimensão de abertura possibilita o entendimento, num todo organizado, da complexidade sócio-cultural presente na historicidade do homem. Nesse sentido, o filósofo brasileiro explica que:

podemos, com efeito, pensar o indivíduo como um complexo sistema aberto, integrando diversos subsistemas em interação permanente entre si e com o mundo circundante. Subsistemas *estruturais* são os sistemas orgânico, psíquico e espiritual; subsistemas *relacionais* são os sistemas cognoscitivos, práticos e instrumentais como a Ciência, a Ética, a Política e a Técnica. (VAZ, 2000, p.14-15)

Na medida em que são articuladas todas as categorias que perfazem o humano, este, em seu aspecto moral, encontra lugar privilegiado nesse “modus” de se refletir dialeticamente suas mútuas interações, tanto com o meio quanto com o grupo humano que o delimita. São nessas interações pertencentes ao domínio da *práxis* que o homem encontra alento na perspectiva de um sistema aberto que o possibilita enquanto condição inteligível.

O *ethos* dado histórico-socialmente manifesta-se na *práxis* humana tendo como fim “um” bem presentificado enquanto um valor e passível de ser articulado racionalmente por um discurso. O homem dado no mundo

como auto-expressão tem no agir ético seu lugar privilegiado de manifestação. É pelo “eu-sou” que aparece ao mundo como fenômeno ético-individual partícipe da comunidade ética que o acolhe como um igual, estabelecendo vínculos de reconhecimento recíproco.

Tal fato se nos apresenta nos níveis elementares de explicitação do homem: na intuição primeira que faz de si uma humanidade dentre outras, com características que lhe são peculiares (pré-compreensão), na forma de articulação conceptual da ciência (compreensão explicativa) e na reflexão de si por meio do logos (compreensão transcendental).

Essas condições permitem-nos compreender o fenômeno humano como sujeito agente no quadro da especulação ética, condição de inteligibilidade para o existir moral. Uma vez que o discurso ético vincula-se como encadeamento necessário à antropologia, a imagem que se tem do homem projeta-se na imagem deste como ser moral.

Lima Vaz compreende que é intrinsecamente natural (instintual) no homem ansiar o bem para estabelecer, mediante a relação entre as categorias estruturais e relacionais, aquilo que venha a se constituir uma ética sistemática. O homem enquanto ente de auto-expressão existe enquanto tal na ordem do ser mediante o logos. Sendo assim, é a partir da visão de homem, dada como amostra temporal de sua própria natureza, que este se configura no objeto moral enquanto uma dignidade cuja dimensão inviolável possui o bem como horizonte de sentido identificando-o como “*um igual*” frente a outros indivíduos portadores dos mesmos direitos e responsabilidades. A *categoria de pessoa moral* aqui é a condição de possibilidade para uma *Ética sistemática*, pois ao ser fundada na ideia de que é inerente ao homem tender para o Bem, este se apresenta como *condição transcendental* que unifica o discurso filosófico-moral num todo ordenado.

Considerações finais

Segundo se extrai do pensamento de Lima Vaz, o sentido de uma justificação e fundamentação racionais da Ética decorre da necessidade de solução de uma crise sem precedentes na história da humanidade, cujas consequências, se mostram ainda imprevisíveis.

A possibilidade de uma Ética sistemática, nessa perspectiva, alicerça-se na *relação dialética* entre o discurso moral e a *leitura antropológica*, que, vendo no homem um *ser de auto-expressão* na clausura do discurso, força a significação do *dado natural* em direção ao *Bem presentificado* enquanto *valor e felicidade última* que faz do *reconhecimento recíproco* entre alteridades – categoria da intersubjetividade – o fundamento efetivo da reflexão acerca do *ethos*.

E a solução passa pela consideração da Ética, como ciência, submetida à razão filosófica, em que se justifica e fundamenta

racionalmente com bases assentadas na Antropologia Filosófica e na Metafísica, a partir das denominadas *noções transcendentais* em sua acepção clássica.

Referências bibliográficas

- BOTÍN, Francisco Javier Herrero. *Estudos de Ética e Filosofia da Religião*. São Paulo: Loyola, 2006, Coleção Leituras Filosóficas.
- CORTINA, Adela; Martínez, Emilio. *Ética*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- DRAWIN, Carlos Roberto. As seduções de Odisseu: paradigmas da subjetividade no pensamento moderno. In: KATZ, C. (Org.). *Cultura da Ilusão*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.9-35.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia II: ética e cultura*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *Escritos de Filosofia III: filosofia e cultura*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Escritos de Filosofia IV: introdução à Ética Filosófica 1*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____. *Escritos de Filosofia V: introdução à Ética Filosófica 2*. São Paulo: Loyola, 2000.